

JT
28/13/87 4
27

CEI - P. I. B.
DATA 27.12.86
CUD.

EM DEFESA DA AMAZÔNIA

Em 1946 a Amazônia era tida como vazio demográfico e econômico, alvo de cobiça internacional e área de difícil integração ao restante do País. Visando superar estas dificuldades, os constituintes de então incluíram disposições sobre o desenvolvimento da região, no artigo 199, conforme o texto abaixo:

Art. 199 — Na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará, durante pelo menos vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária.

Parágrafo único. Os Estados e os territórios daquela região, bem como os respectivos municípios, reservarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados por intermédio do governo federal.

São decorridos 41 anos daquela Constituição e os problemas atualmente enfrentados pela nação na Amazônia tornaram-se infinitamente mais complexos, de mais difícil e premente solução. Os enormes avanços da ciência revelaram uma Amazônia jamais sonhada, constituindo-se, de longe, o maior patrimônio vivo da humanidade, que já do Brasil.

A Amazônia Continental, cobrindo 1/3 da América do Sul, corresponde a 8,5 milhões km², dos quais 60% está em território brasileiro e os demais 40% em oito países. Em todos estes países a floresta amazônica representa área acima de 40% de seus territórios. A floresta amazônica brasileira cobre uma extensão de 3,912 milhões de Km², 45% da superfície do País.

O Brasil adotou na regulamentação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia o conceito geopolítico de Amazônia Legal, responsável por uma área de 5,14 milhões de km², 60% da superfície do País. Desta área 76% são cobertos pela floresta amazônica, sendo os 1,228 milhões de km² restantes representados principalmente por cerrados.

A floresta amazônica é definitivamente a mais importante e rica expressão da natureza no globo terrestre. É ali que se concentram 30% das espécies vivas, organizadas no mais intrincado, frágil e desconhecido ecossistema. O número de novas descobertas de espécies vivas faz a ciência prever uma percentagem em relação às espécies vivas do planeta ainda maior, podendo chegar a até mais de 50% das espécies da Terra. Esta infinita diversidade genética caracteriza a Amazônia como a mais promissora fonte de novas matérias-primas.

Cifras

Ao mesmo tempo, descortinam-se na região algumas das mais importantes províncias minerais do Globo e as mais fantásticas cifras em termos de potencial energético e madeireiro.

Nos últimos 41 anos, no entanto, a atitude brasileira diante da Amazônia tem sido muito mais de depredação do meio ambiente, podendo-se afirmar que se destruiu mais a floresta amazônica neste curto período que em toda a História do homem na Terra. A inexistência de uma política para a ocupação e preservação da Amazônia, a pressão por matérias-primas, a pressão por novas áreas de fronteira agrícola, o interesse de lucros rápidos e fáceis de grupos minoritários e, acima de tudo, a falta de informações e de uma visão da importância da Amazônia para a Humanidade tornaram-na o anjo do pesadelo, o grilagem, conflitos de terra, injustiças sociais, migrações desordenadas e de depredações do meio ambiente, gerando sacrifícios incalculáveis à Nação e uma série de consequências que estão longe de serem denominadas como ingenuamente se postulava em 1946 Valorização da Amazônia.

A história recente desta atitude depredadora, tornada política oficial e reconhecida social e economicamente como forma válida de ocupação do espaço amazônico, faz-nos prever um sombrio futuro para a mais perfeita criação da Natureza inferior apenas ao próprio homem.

O Brasil, após reduzir a pó a mata da Aracária em menos de um século e confiná-la em miseráveis 5% de sua área original a mata tropical atlântica, em seu processo de ocupação da floresta amazônica, já destruiu 5% de suas matas (20 milhões de hectares). Esta depredação vem crescendo em progressão geométrica e, permite prever a eliminação total da floresta amazônica no prazo de apenas 50 anos, consolidando, para sempre, a atual posição brasileira, de campeão mundial de devastação do meio ambiente.

Nenhum problema ambiental a nível mundial é tão grave quanto a devastação da floresta amazônica. Afinal, o que está em jogo é 1/3 das florestas tropicais do planeta, a ruína de um sistema com mais de um milhão de espécies de seres vivos, em sua grande maioria, pouco conhecidos e endêmicos, ou seja, vivendo em áreas bastante restritas. A perda será ainda maior se acreditarmos a previsão científica da existência de pelo menos outro milhão de espécies amazônicas, ainda não identificadas e que poderão desaparecer até mesmo antes que se tenha conhecimento de seu nome.

A floresta amazônica, por ser o mais complexo ecossistema do globo, é também o de mais difícil previsão do impacto humano sobre seu ambiente. A ciência compara a Amazônia a um rim. O homem não vive sem este órgão, nem este sem o homem. Alterações no rim e no homem são possíveis e, até certo ponto, toleráveis, mas há limites, acima dos quais o sistema entrará em colapso. Desconhecem-se estes limites, e que níveis de alterações na região afetariam-na, às regiões vizinhas e ao próprio ecossistema global. Assim, como não podemos testar na prática hipóteses nefastas, como a verificação dos efeitos de um inverno nuclear, seria comprometedora devastar parte ou o todo da floresta amazônica.

Cerrados

Tidos como inúteis até há bem pouco, os cerrados, ocupando grande parte do Brasil Central, numa extensão de 2,33 milhões km² (50% dos quais na área da Amazônia Legal), representam a alternativa socialmente mais justa, economicamente mais viável e ecologicamente mais sustentável para a expansão da fronteira agrícola nacional.

Socialmente mais justa, pois não lança desordenadamente populações inteiras aos desertos das florestas tropicais e à difícil convivência a quem lhe é totalmente estranho. Economicamente mais viável, pois os cerrados apresentam infra-estrutura básica muito mais implantada que na área de florestas, distâncias dos principais centros consumidores e portos menores, bem como proporcionando retornos mais rápidos, com melhores riscos e aportes de capital que os realizados nas áreas de florestas tropicais. Ecologicamente mais sustentável, pois o meio ambiente dos cerrados é muito mais robusto e flexível, enquanto a destruição da floresta tropical traz danos irreparáveis e compromete um número de espécies milhares de vezes maior (Goodland).

Além disto, é fundamental declarar que os solos dos cerrados, apesar de não serem



A Constituinte, diante de um duro e urgente desafio.

A floresta amazônica, o mais complexo ecossistema da Terra, está sendo devastada rapidamente. De uma forma aterradora. Como bloquear este processo? E quais as responsabilidades da Constituinte, diante desta realidade?

Por João Meirelles Filho

generalizadamente férteis, o são muito mais que os da floresta amazônica. A topografia, drenagem e a existência de estação seca bem definida são fatores que evidenciam ainda mais a superioridade da opção pelos cerrados para a produção agrícola, agroenergética, agroflorestal e pecuária.

Como prova destas afirmações analisemos a safra recorde de 86/87. Nesta o Brasil colherá cerca de 65 milhões de toneladas de produtos agrícolas em 50 milhões de hectares plantados. A floresta amazônica representa menos de 3% da produção nacional, enquanto os cerrados respondem por 15%.

Apesar de a utilização dos cerrados para fins agrícolas ser fato recente, a área plantada soma 7 milhões de hectares, respondendo por 23% da produção nacional de arroz, 35% da de soja, 15% da de milho, 8% da de trigo e 12% da de algodão. Além do que os cerrados abrigam 40% do rebanho bovino nacional, equivalendo a uma produção anual de 2,2 milhões de toneladas de carne.

Estes dados mostram-se bastante tímidos, se comparados ao potencial de utilização da superfície arável dos cerrados segundo tecnologia aprimorada, já conhecida e empregada atualmente na nova fronteira.

Depreende-se, pois, que a utilização racional de 60% dos cerrados permite aumentar a produção agrícola nacional de 65 milhões de toneladas para 211 milhões de toneladas, a produção de carnes de 2,2 milhões de toneladas para 7,1 milhões de toneladas e incrementar substancialmente a produção de madeira para fins diversos, principalmente energéticos. Um macrozoneamento poderá considerar também a preservação permanente de pelo menos 10% da área de cerrados como parques e reservas ecológicas, equivalente a 23 milhões ha, duas vezes a superfície atualmente protegida por estas modalidades de conservação no País como um todo. Finalmente é preciso salientar que a ocupação dos cerrados poderá ser feita através de programas racionais de colonização e desenvolvimento regional integrado, com muito mais facilidade, menos recursos e maior rapidez e eficiência que aqueles empreendimentos semelhantes nas áreas de florestas tropicais.

Em primeiro lugar é necessário sempre raciocinarmos que somos acidentalmente os delegados da humanidade, na era contemporânea, para a preservação e ocupação racional da floresta amazônica. Se nas últimas décadas vimos demonstrando incompetência e desrespeito ao maior patrimônio vivo da humanidade, corremos sério risco, se o nosso enfoque perante a região não for rapidamente revisto, de perdermos os nossos direitos sobre a floresta amazônica.

sível com o encerramento do ciclo de fronteiras pioneiras como forma de ocupação do País, reduzindo índios, florestas, recursos naturais e formas de expressão local a reminiscências passadas. Como nos ensina mestre Antônio Houaiss, de nada adianta denunciarmos estes ou aqueles como destruidores sem implantarmos novos sistemas na sociedade que não mais remunerem, promovam, glorifiquem aqueles que derrubam florestas, exercem a grilagem, a caça predatória, entre outros atos condenados por aqueles com um mínimo de consciência da desnecessidade, inviabilidade, injusta e insustentabilidade destes.

Vocações

A floresta amazônica possui vocações claras, cuja assumpção revelar-nos-ia um novo Brasil:

1 — A Amazônia é a mais promissora fonte de matérias-primas alimentares, medicinais, industriais e energéticas. Através da pesquisa científica, que conhece das espécies amazônicas praticamente apenas a classificação de cada espécie, é possível descobrir novos recursos para melhorar a qualidade de vida do Homem e garantir sua sobrevivência na Terra em bases mais sólidas.

2 — A Amazônia é o berço de civilizações indígenas, que, apesar de suas enormes perdas, ainda resistem e merecem o respeito e condições de vida compatíveis às suas culturas, como qualquer brasileiro e ser humano.

3 — A Amazônia é o grande jardim da Humanidade. É a mais bela expressão da Natureza ainda intacta. O lugar onde o luxo e a exuberância, o vigor e o excesso de vida manifestam-se de forma inigualável. É a região do planeta onde há mais o que se conhecer sobre os seres vivos e seu interrelacionamento.

4 — A Amazônia é a região por excelência para o exercício do lazer, o desenvolvimento do turismo, o reencontro do homem com a natureza integral. Todos os seres humanos gostariam, a algum momento de suas vidas, percorrê-la, cheirá-la, tocá-la, participar da obra-prima da Criação.

É impossível ignorar as populações já fixadas na região, principalmente aquelas que remontam muitas décadas e mesmo séculos. Estas últimas merecem atenções especiais, inclusive porque certamente têm muito a nos ensinar sobre a convivência com a floresta amazônica.

O que mais preocupa, no entanto, são as novas ondas migratórias e seu impacto sobre a região. A área desmatada já soma 20 milhões de hectares (200.000km²), área pouco menor que o Estado de São Paulo. A ocupação desta área, é fundamental recordar, não seguiu qualquer orientação ou plano racional de utilização. Ao contrário, tra-

ta-se de um movimento caótico, partindo principalmente das zonas já ocupadas do Brasil Central e do Nordeste. Desta formação foram ocupadas necessariamente as áreas de melhores solos, as áreas mais resistentes ao impacto do homem ou aquelas onde o desaparecimento de espécies seria menor.

O que se conhece é a monotonia da ocupação contemporânea da floresta amazônica: desmatamentos sem quaisquer princípios, desrespeitando todas as leis, desperdício de recursos naturais como madeira, produtos extrativos e as camadas ricas dos solos, baixo aproveitamento das terras, exaustão dos solos e extermínio de toda a fauna de porte. Dos 20 milhões de hectares desmatados, pouco mais de 1,5 milhão de hectares são cultivados; cerca de 10 milhões são cobertos de pastagens, em sua grande parte fora de uso, apenas para registrar "aqui tem dono" e o restante são áreas de baixo aproveitamento, onde muitas vezes foi retirada a madeira, praticados um ou dois anos de agricultura ou pastoreio e depois abandonadas.

Raríssimos são os empreendimentos economicamente bem-sucedidos, com respeito ao meio ambiente e promovendo a justiça social. Estes, no entanto, são claros indicadores da viabilidade de se ocupar racionalmente os 20 milhões de hectares atualmente desmatados. Trata-se de sistemas agro-silvo-pastoris baseados principalmente em culturas permanentes, associadas, quase sempre, em suas fases de formação, com culturas anuais.

Conforme pesquisadores do Cpath da Embrapa, "a Malásia, com idênticas condições ecológicas da Amazônia, possuindo uma superfície 15 vezes menor que esta região, é o maior produtor mundial de borracha, dendê, chá e importante produtor de pimenta-do-reino, coco, café e madeira. A Malásia exibe um valor de exportação de produtos agrícolas 25 vezes maior que o da Amazônia e idêntico ao do Brasil. A renda per capita da Malásia é 50% superior à da Amazônia e 30% à do Brasil".

A utilização de 15 milhões de hectares na Amazônia em culturas como café, cacau, pimenta-do-reino, castanha-do-brasil, dendê, coco e guaraná garantiria o assentamento de mais de 1 milhão de famílias apenas na área agrícola. Os restantes 5 milhões de hectares seriam dedicados à pecuária semintensiva para o fornecimento de carne e leite à região.

A necessidade de madeira tanto a nível interno quanto externo não justifica novos desmatamentos e a coleta irracional e predatória empreendida atualmente pelo setor na região. A Amazônia brasileira possui 3 bilhões de m³ de madeiras, dos quais 30% possuem valor comercial no momento. Anualmente as queimadas e a coleta seletiva de espécimes é responsável pelo desperdício de 250 milhões de m³, equivalente em

termos energéticos a todo o petróleo que o País consumiria em dois meses.

O manejo florestal sustentado, técnica já aprovada e implantada em diversos países, forneceria em bases permanentes, com impacto ambiental bastante limitado, 40 milhões de m³ de madeira serrada, equivalente a 60% do mercado mundial de madeiras duras. Esta produção equivale a dez vezes a madeira serrada atualmente, e que poderia elevar a participação brasileira no mercado de madeiras tropicais de 3% para 50% com receitas anuais de no mínimo US\$ 5 bilhões. Os projetos de manejo florestal sustentados seriam implantados num prazo de 50 anos em áreas programadas totalizando 18 milhões de hectares, ou 5% da floresta amazônica, e gerando mais de 100 mil novos empregos diretos.

A exploração do potencial mineral amazônico é a mais concreta alternativa de geração de renda regional, capaz de garantir o financiamento de programas não rentáveis, como os de pesquisa científica, proteção ambiental e às populações indígenas e consolidação da infra-estrutura social. A atividade mineral causa grande impacto ecológico, mas este é pontual. A implantação de empreendimentos com todos os requisitos propostos pelos trabalhos de impacto ambiental permite prever a exploração de todas as reservas minerais hoje conhecidas em espaço inferior a 0,1% da floresta amazônica.

Trata-se da exploração racional de ouro, ferro, bauxita, entre outros minerais, capazes de abastecer não apenas o mercado interno de matérias-primas, mas também de criar um parque industrial representativo, além de permitir ao Brasil excelentes perspectivas para o mercado externo.

A vocação amazônica está bastante distante do uso atual impingido à região, como é fácil concluir. A observação demonstra rapidamente que ocupamos a floresta amazônica da mesma forma que tradicionalmente por 500 anos avançamos sobre o território nacional, com a única diferença que hoje a destruição é realizada com mais rapidez, eficiência: dispomos de máquinas ao invés de trabucos e machados.

Desafio

Entre todos os desafios com os quais se depara a Assembléia Nacional Constituinte, talvez o mais inusitado e complexo seja o de definir a destinação do maior patrimônio nacional: a floresta amazônica. Trata-se de uma missão sem igual na História da humanidade. Aliás, oportunidade única para o Brasil afirmar-se como nação perante o mundo. É o mais importante passo de um nação perante o futuro do planeta: garantir a preservação e ocupação racional do mais significativo ecossistema terrestre. É chegada a hora de o Brasil assumir suas responsabilidades históricas.

A primeira definição deverá ser no sentido de inviabilizar novos empreendimentos na região sem exaustivos estudos prévios, principalmente objetivando coibir a ocupação espontânea, caótica e predatória. Dentre os instrumentos legais conhecidos, o que se apresenta mais apropriado a território tão vasto é o "tombamento" integral da floresta amazônica brasileira.

Esta medida teria como um dos principais e imediatos efeitos a revisão dos empreendimentos em curso na região, bem como a reorientação de novos programas e projetos. A criação de um sistema de parques e reservas de preservação ambiental e indígenas corresponde a uma das primeiras medidas, principalmente naquelas áreas onde hoje avança a fronteira pioneira.

Claro está que estas iniciativas deverão estar coordenadas com ações nas demais regiões do País, principalmente naquelas áreas de origem das correntes migratórias. Desta forma, programas para retenção destas populações em sua origem ou de atração para regiões como os cerrados são prioritários.

Apenas a título exemplificatório, a recolonização dos cerrados através de um programa de desenvolvimento regional para 50 anos, à razão de 5 milhões de hectares incorporados às atividades econômicas ao ano, absorveria todo o fluxo migratório que hoje demanda a região de florestas amazônicas por falta de melhores oportunidades.

Assim como a Constituinte de 1946 o determinou, é imprescindível apontar a amplitude de um plano para a Amazônia, definindo poderes, recursos, prazos, prioridades. É necessário evitar o que ocorreu com o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que foi regulamentado somente 7 anos após a Constituinte, resultando em diminuto impacto para o desenvolvimento regional.

Entre as prioridades a serem definidas, vale ressaltar a necessidade de um macrozoneamento exaustivo, esclarecendo as áreas a serem preservadas e as passíveis de ocupação e sob cujas restrições. Criar parques e reservas também são formas de ocupação, aliás, são, no caso amazônico, as alternativas mais civilizadas e dignas para a nação brasileira. Além do que, parques e reservas tornam definitivamente clara a soberania brasileira sobre o território amazônico, consolidando a posse nacional sobre um território que nos é de direito e cuja floresta assumimos publicamente perante o mundo a incumbência de salvaguardar a promover o seu desenvolvimento.

É humilhante para o Brasil que continuemos a receber ameaças e injúrias pela má utilização que vimos dando à floresta amazônica. A única maneira de revertermos esta difícil situação é assumirmos definitivamente o compromisso de empreendermos um verdadeiro processo de desenvolvimento na região. Nada mais soberano e legítimo que a definição deste compromisso pela Constituinte.

Ademais, pela importância da Amazônia no contexto sul-americano e a nível mundial, é nossa obrigação comprometermos todos os povos no desafio de desenvolver a região, principalmente aqueles que dispõem de recursos financeiros, humanos e tecnológicos aprimorados.

Do ponto de vista do futuro da humanidade a ocupação racional da Amazônia é milhares de anos-luz mais importante que a conquista da Lua e do espaço sideral. No entanto, conhecemos hoje melhor a Lua que a Amazônia, e enquanto os países desenvolvidos gastam anualmente mais de US\$ 25 bilhões em seus programas espaciais e US\$ 500 bilhões em armamentos, as florestas tropicais recebem menos de US\$ 200 milhões para seus programas de pesquisa. No Brasil, despense-se pouco mais de US\$ 20 milhões em pesquisas e na preservação da Amazônia.

A Lua e as estrelas estarão lá daqui a 5 ou 100 anos, enquanto a floresta amazônica não sobreviverá ao impacto da ocupação humana, se mantido o atual ritmo de destruição de seu meio ambiente. Não há tempo a perder, ou o Brasil e seus representantes máximos, através da Constituinte, assumam a responsabilidade de preservar e ocupar racionalmente a Amazônia ou passaremos a sofrer cada vez mais o peso de nossa irresponsabilidade.